

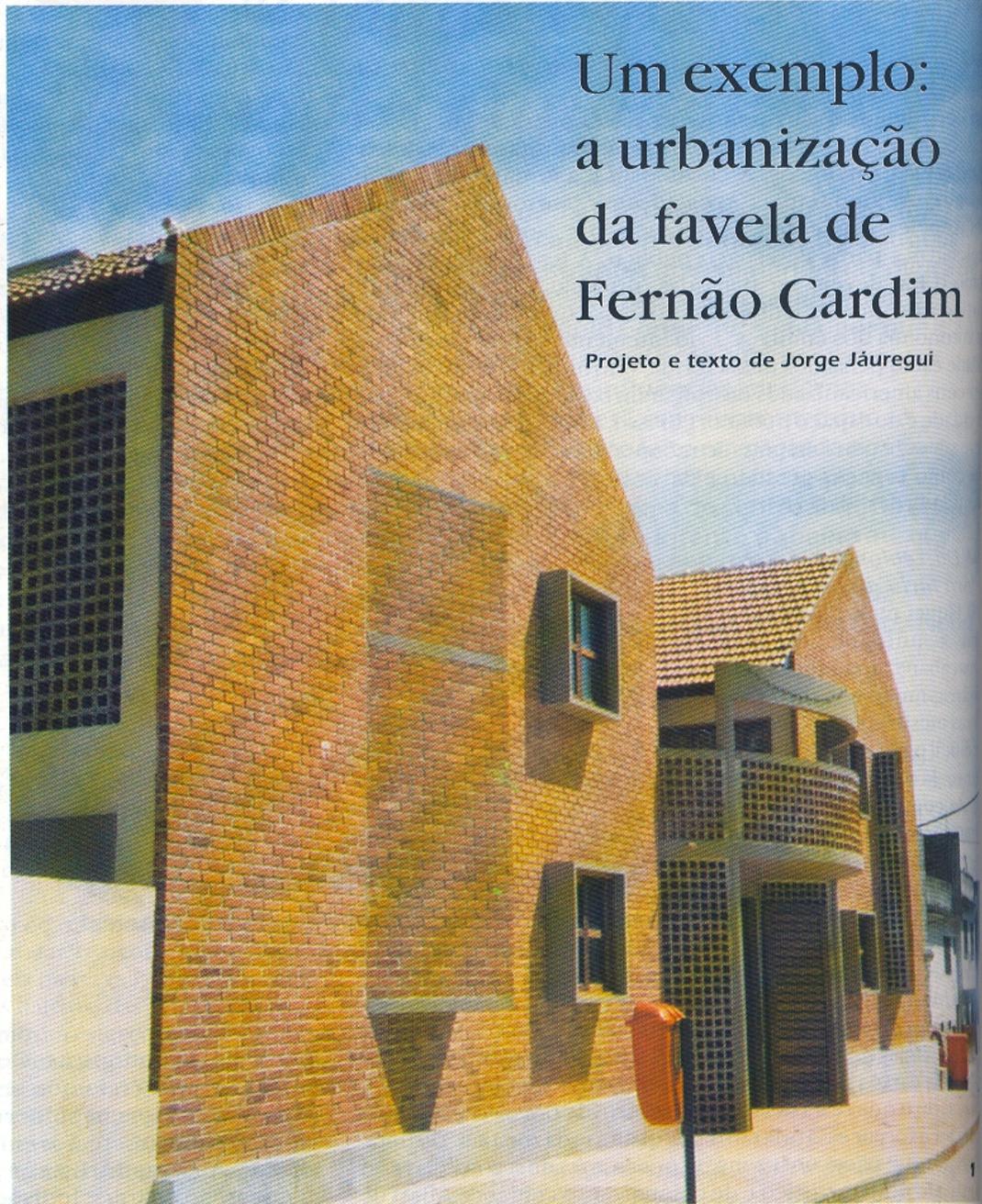
## FAVELA-BAIRRO

A integração da favela à cidade, no aspecto físico, é feita por meio de um grande eixo articulador, que reúne os equipamentos e funções de interesse comum à favela e aos bairros adjacentes (comércio, serviços, esporte, lazer e áreas de sombreamento) e mediante o fornecimento de infra-estrutura geral (água, esgoto, drenagem e iluminação pública). Os aspectos sociais da transformação das condições de vida na comunidade são atendidos pela criação de um Centro de Prestação de Serviços de Mão-de-Obra, previsto para ser instalado numa edificação abandonada existente no perímetro da favela, visando à criação de trabalho e renda para os moradores e da incorporação de creche, posto de orientação urbanística e social, cursos de capacitação, trabalho de educação sanitária etc.

### PARTIDO URBANÍSTICO

Da leitura das condições da favela e do entorno, da detecção do potencial latente e das solicitações dos moradores definiu-se o Programa de Intervenções. Com base nesse programa foi elaborado o Partido Urbanístico. Na Favela de Fernão Cardim ele implica:

- Reformulação e ampliação das condições de acessibilidade ao local;
- Reformulação do sistema viário, estabelecendo novas conexões, ampliações, abertura de vias e canalização do rio Faria;
- Decorrente do ponto anterior (incluindo a retirada de moradores das áreas de risco), a definição do edifício de relocação, constituindo importante peça urbana do projeto;
- Configuração de um grande Eixo Estruturador a partir de canalização do rio Faria, definindo uma nova centralidade na vida da comunidade, articulando uma praça de integração, um campo de futebol, uma área esportiva, equipamentos para ginástica e lazer, uma creche para 100 crianças, o edifício de relocação e espaços de convivência;
- Criação de uma praça comunitária;
- Criação de uma praça de articulação favela-bairro sobre a av. Suburbana, principal via de acesso à comunidade, incluindo locais comerciais para exploração pelos moradores da favela;
- Criação de um Centro de Geração de Trabalho e Renda;
- Incorporação de um monumento a Fernão Cardim, atuando como marco identificador da comunidade;
- Reformulação geral do sistema de esgotamento sanitário, drenagem e abastecimento de água;



## Um exemplo: a urbanização da favela de Fernão Cardim

Projeto e texto de Jorge Jáuregui

- Reformulação do sistema de tratamento do lixo e iluminação pública de toda a favela;
- Incorporação de vegetação e mobiliário urbano em toda a área de intervenção;
- Arborização geral.

A participação da comunidade em cada etapa do projeto (Diagnóstico, Plano de Intervenção, Anteprojeto e Projeto de Execução) foi viabilizada em consultas permanentes com a Associação dos Moradores e no atendimento às solicitações individuais e coletivas em sucessivas reuniões de trabalho. As reuniões para discussão dos projetos foram feitas sempre em locais públicos na comunidade.

### RESULTADOS

O processo desencadeado pelo projeto tem provocado um grau de entusiasmo e uma mobilização geral dos moradores, aos quais temos tentado responder com toda nossa atenção e capacidade de pro-

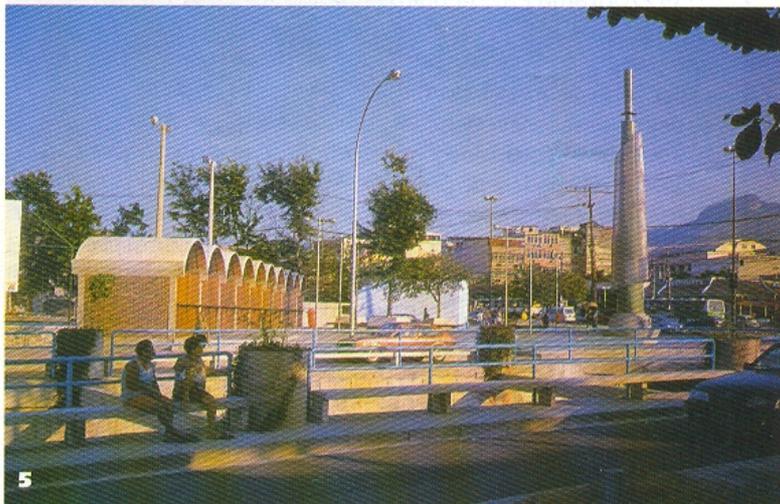
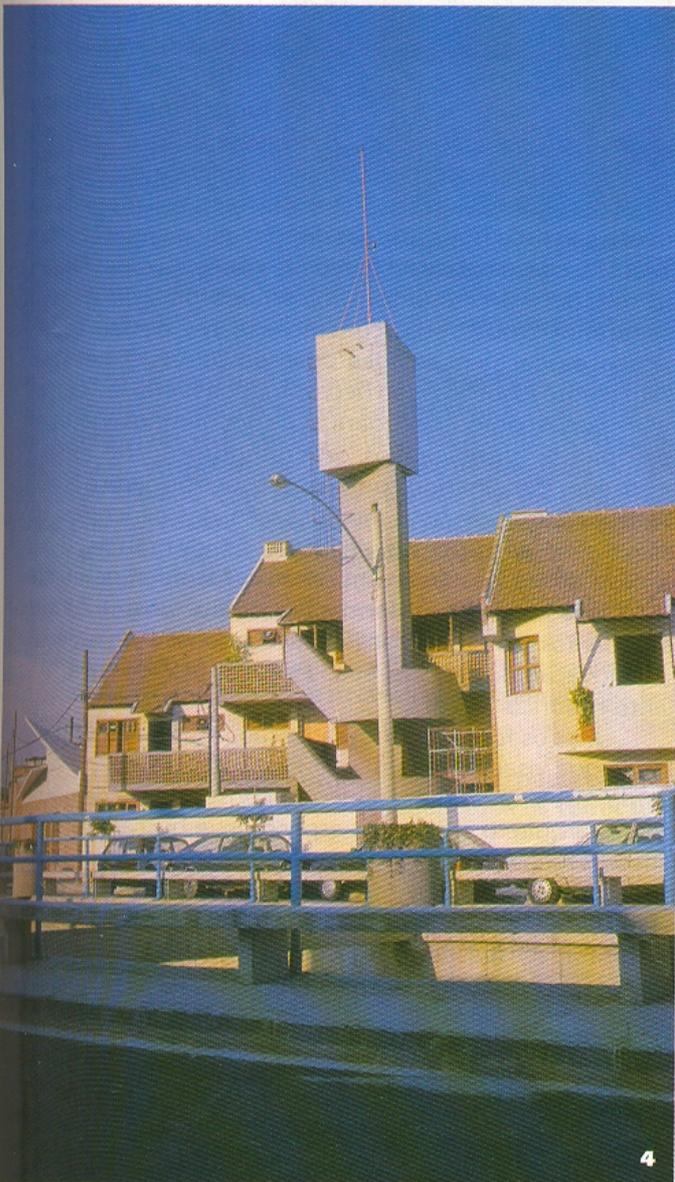


**1** Edifício de relocação: nova casa para moradores das moradias removidas

**2** Interior do edifício de relocação

**3** Vista da nova avenida, com destaque para as unidades de relocação: peça importante no partido urbanístico

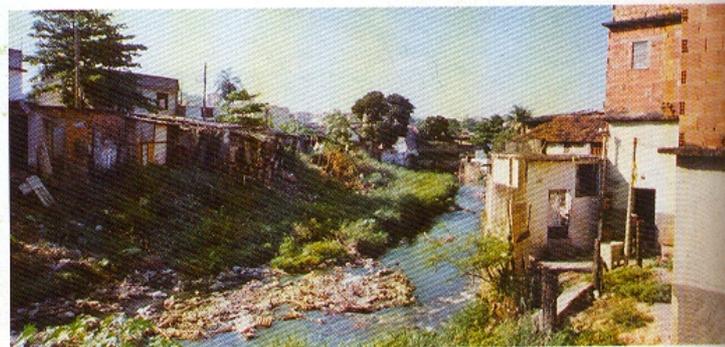
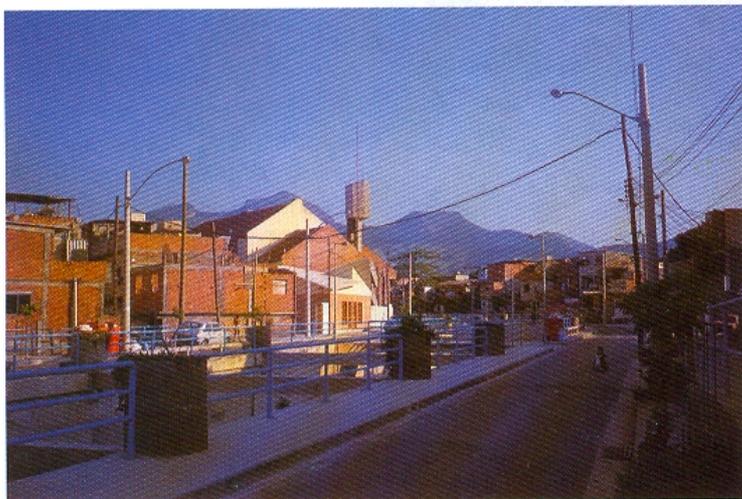
**4** Praça de articulação favela-bairro: atenção para as unidades de geração de renda e para o monumento a Fernão Cardim



fissional. Consideramos que as características inovadoras do programa Favela-Bairro abriram um leque de questões e expectativas, tanto dos moradores como da equipe de projeto, permitindo extrair da experiência algumas conclusões.

Embora não haja dúvidas quanto à validade geral de uma abordagem multidisciplinar coordenada, ficou clara a necessidade de aprimorar as instâncias operacionais, especialmente a integração dos diversos órgãos municipais e estaduais envolvidos, assim como a conveniência de meios específicos para tratar das parcerias visando à captação de recursos, nos casos não cobertos pelo BID.

Outro ponto que merece avaliação se refere à necessidade de ampliar o critério geral de atuação, devendo considerar a hipótese de intervenções maiores na questão habitacional, não ficando limitada aos aspectos de relocação por exigências de abertura de ruas, áreas de riscos ou canalização de rios ou valões, devendo incluir também considerações sobre as próprias condições de habitabilidade e higiene do restante das moradias, que em alguns casos exigem ser reconstruídas parcial ou totalmente.



Vista da nova avenida, marginal ao Rio Faria: eixo estruturador. Acima, o bairro antes da intervenção

## FAVELA-BAIRRO Uma oportunidade para arquitetos

JORGE MÁRIO JÁUREGUI

O Programa Favela-Bairro representa uma oportunidade de intervenção para os arquitetos preocupados com as situação social e o espaço urbano da cidade, ao buscar pontos de articulação entre o domínios público e privado, entre os espaços de convivência, as ruas, as praças e áreas de lazer e, finalmente, ao oferecer condições urbanas qualificadas para o conjunto da população. Ao mesmo tempo, possibilita soluções para aqueles que não têm condições de contar com os serviços profissionais de arquitetos nas condições normais do mercado. Representa um avanço ao permitir que um grande número de profissionais das mais diversas áreas, coordenados por arquitetos urbanistas, possa colocar toda a sua capacidade a serviço dos setores mais carentes da população, trabalhando para materializar o direito do cidadão a novas e melhores condições de vida. É por esta razão que, por cima de todas as críticas que possam ser cabíveis, o Programa Favela-Bairro abre uma nova oportunidade de comprometimento com as necessidades de coletividades, de grupos sociais localizados e particularizados, aos quais normalmente os arquitetos não têm acesso.

Hoje é o "socius" em toda a sua complexidade que exige ser repensado e esta é uma oportunidade de fazê-lo em relação às manifestações físicas do desajuste social relacionadas com o campo de atuação e conhecimentos dos arquitetos. Mas, enquanto pensadores, projetistas e responsáveis pelo espaço urbano (mesmo que numa proporção muito restrita), os arquitetos não podem mais contentar-se em definir a cidade em termos de espacialidade. A questão urbana não é mais um problema dentre outros, é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais, culturais, espaciais e estéticas, pois, como diz Félix Guattari, a cidade hoje (e especialmente uma megacidade como o Rio) produz o destino da humanidade, suas promoções, bem como suas segregações, a formação de suas elites e também o futuro da inovação social.

Há uma urgência na busca pela aproximação nesta "cidade partida", mas respeitando as diferenças e interpretando as singularidades culturais, num exercício de

tolerância em que os limites não são dados, mas envolvem a negociação permanente, num campo de tensões que implica o desafio de fazer conviver essas diferenças sem tentar reduzi-las.

Desta maneira, é necessário, juntamente com o projeto dos edifícios e espaços de interesse público, atuar na experimentação social num trabalho coletivo de ecologia ambiental, ecologia social, e ecologia mental, capaz de promover e canalizar novas formas de conceber as relações com a infância, com a condição feminina, com as pessoas idosas, e as relações transculturais. Uma tal reformulação da vida urbana implica que "revoluções moleculares" possam contribuir para mudar mentalidades, sabendo que essas mudanças levam tempo e que elas são necessárias da parte de todos os envolvidos. A começar, mudanças de nós mesmos enquanto participantes significativos da configuração do espaço construído, trabalhando com a nossa sensibilidade e imaginação na busca de uma multiplicação das dimensões do design, no sentido de articular as demandas e as condicionantes locais com uma visão contemporânea, tanto em relação com as transformações institucionais e funcionais, quanto com as disponibilidades econômico-tecnológicas e a renovação dos valores ético-estéticos exigidos pelo momento histórico.

Mas os focos de singularização, os germes de urbanidade que visamos materializar não podem ser assumidos por meio de simples procedimentos consensuais e democráticos. O arquiteto criador de espaço deve buscar transferir para a subjetividade coletiva a sua própria singularidade. Nisto consiste a função social do arquiteto. Ele não é um assistente técnico do "cliente" (mesmo que este seja uma comunidade), mas alguém que tem de interligar a sua criatividade individual com as múltiplas coações materiais e sociais.

Assim, imersos no seio da Cidade Democrática, nós arquitetos podemos contribuir para redirecionar o nosso dever urbano, transformando mediante o projeto e os enunciados para os quais ele aponta, as inaceitáveis condições atuais.

## FAVELA-BAIRRO

## ALÉM DA ARQUITETURA POSSÍVEL\*

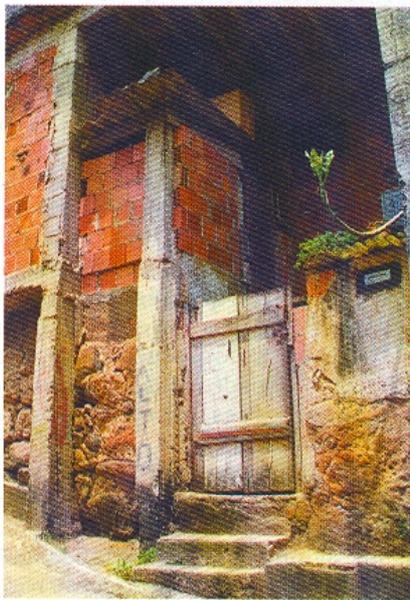
O Programa Favela-Bairro apresenta o mérito de ser o reconhecimento da favela como espaço legítimo da cidade, enterrando de um vez por todas os fantasmas das remoções tão comuns nas décadas de 60 e 70. Mas para contribuir efetivamente com a melhoria dos assentamentos humanos, é importante refletir sobre a qualidade das construções das favelas, consolidadas com precários conhecimentos arquitetônicos (*arche tektônicos*) e urbanísticos, e sobre os diversos determinantes históricos – sociais, econômicos e culturais – que condicionam a produção dos espaços físicos e por ela são condicionados.

Primeiramente, é importante destacar o sucesso da intervenção ao permitir a acessibilidade ao interior das favelas e à inserção de equipamentos comunitários, como creches e postos de saúde. Segundo moradores da favela da Serrinha, que foi urbanizada na primeira fase do programa, “antes das obras de urbanização, não era possível sair ou chegar em casa em dias de chuva”, apontando a construção dos acessos como indicador de significativa melhoria da qualidade de vida.

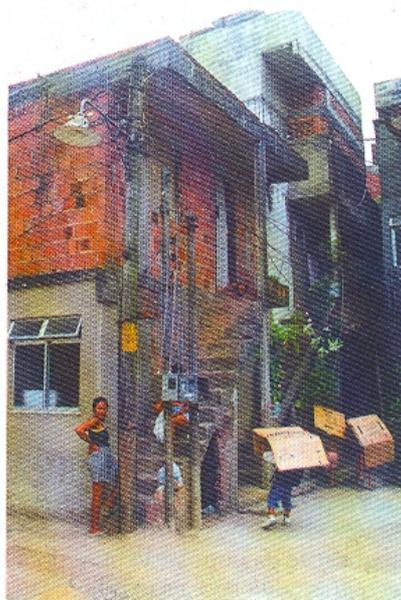
Contudo, cabe ressaltar a limitação do programa no que diz respeito às construções – moradias, estabelecimentos comerciais e, até mesmo, industriais – existentes na favela. No contexto da intervenção, a atuação dos escritórios de arquitetura sobre esses espaços só ocorre quando há a necessidade de ampliação dos acessos ou diante da situação de risco – este é o caso das casas construídas na favela Fernão Cardim, por exemplo. Isso impossibilita as ações para melhorar a qualidade do espaço público e, pior ainda, mantém e amplia os problemas arquitetônicos verificados na maior parte das construções das favelas.

Essa forma de intervenção que se restringe ao espaço público faz parte do modelo de urbanismo adotado pelas recentes gestões municipais. Na verdade é “(...) um novo tipo de urbanismo baseado na execução de determinados projetos com os quais se espera alavancar a dinâmica urbana desejada”. Outros programas da prefeitura, como o Rio-Cidade, foram propostos com este mesmo enfoque.

Assim, para evidenciar a necessidade de ações que atuem no âmbito das construções particulares, é oportuno citar a fala de uma moradora da Rocinha, conhecida como a maior favela da América Latina, ainda que não faça parte do Programa Favela-Bairro: “Sempre que conço um arquiteto fico pensando nas casas tortas que



Estrutura irregular, com ferragem exposta em alguns pontos: conhecimento empírico dos moradores demanda assessoria



Escada interfere com o poste de iluminação pública. Além da falta de corrimão, há grande proximidade com os fios de eletricidade

temos por aqui”. Essa associação das casas tortas – uma das faces mais visíveis da falta de apoio técnico para a construção das moradias das favelas – com a arquitetura denuncia a distância existente entre toda a bagagem teórico-empírica construída no âmbito da produção do conhecimento arquitetônico e a população moradora de favelas.

Nesse sentido, o programa falha por parecer supor a existência de um conhecimento popular que daria conta da complexidade dos problemas que devem ser enfrentados na concepção e construção dos espaços, como os relativos aos aspectos funcionais, programáticos, construtivos, de conforto ambiental e, até mesmo, os compositivos.

Não é demais lembrar problemas básicos de habitabilidade a que moradores de favelas estão sujeitos, mesmo em construções de alvenaria, como o de casas que dão choque elétrico. Problemas desse tipo, como os relativos à existência de ambientes favoráveis à proliferação de animais nocivos à saúde, entre outros, são facilmente identificados nessas casas, ou conjuntos delas, apontando para o caráter incompleto das intervenções que se restringem aos espaços públicos.

Não se trata de incentivar a contratação de arquitetos pela classe pobre, nem de sugerir que a prefeitura financie alterações e reformas nas casas para adequá-las aos princípios da “boa arquitetura”. Pelo contrário, o interessante é aproveitar os recursos que a própria população investe para construir, melhorar e ampliar suas casas, potencializando-os com orientação arquitetônica e algum tipo de incentivo à compra de materiais.

Afinal, o direito dos moradores de favelas continuarem morando nelas, bem como o respeito pelas especificidades culturais dos diferentes grupos sociais, não implica a omissão quanto aos problemas urbanísticos e arquitetônicos verificados, não apenas nesses assentamentos, como também em toda a cidade. Na verdade, não podemos nos esquivar de discutir e trabalhar por uma “boa arquitetura”; considerando que esse conceito deve se adequar a diferentes contextos geográficos e sociais.

Uma outra questão importante que o Programa Favela-Bairro suscita é relativa à própria intenção de transformação da favela em bairro, tomando como referência os bairros da “cidade formal”. Ainda que tendo o cuidado de enfatizar a necessidade de preservação das especificidades das favelas na implantação das melhorias físico-ambientais, como afirma o Edital do Concurso Favela-Bairro, o progra-

ma, ao considerar a urbanização como processo de via única - transformar a favela em bairro -, não leva em conta o fato de que mesmo nos bairros mais valorizados da cidade nem sempre a sua consolidação gerou melhores condições de vida. A rigor, a cidade "formal" cresceu comprometendo seriamente o meio ambiente natural. Áreas densamente edificadas, diversas formas de poluição, falta de drenagem natural do solo e alteração do microclima são algumas conseqüências do crescimento urbano. Nem o código de obras da cidade do Rio de Janeiro, apesar de extremamente restritivo, garante, por exemplo, a construção de edificações com conforto higrotérmico, lumínico e acústico. Na verdade, as favelas apresentam um conteúdo interativo normalmente mais forte que o apresentado pelos bairros "comuns": se por um lado a relativa homogeneidade socioeconômica dá à favela certo conteúdo composicional de identidade, por outro, a segregação e a estigmatização que as favelas sofrem potencializam o desenvolvimento de referências simbólicas de alteridade.

Esse fato é corroborado pelo fato de que os próprios Pousos\*\* (Postos de Orientação Urbanística e Social) implantados nas favelas recém-urbanizadas, ainda que com caráter também educativo e participativo, funcionem como uma reprodução das DLFs (Divisões de Licenciamento e Fiscalização) que existem nos bairros do Rio. A conclusão do processo de conscientização da população moradora das favelas para a importância das regras edilícias e da manutenção dos equipamentos públicos implicará a extinção dos Pousos, transferindo seu papel regulador para o DLF do bairro onde a favela está inserida, resultando numa forma de submissão da favela ao bairro.

Neste contexto de discussão da integração da favela com o bairro, o estudo da geógrafa Fany Davidovich, realizado no Ippur/UFRJ, mostrou que as condições das casas e dos moradores de favelas situadas em áreas periféricas da cidade eram, em alguns casos, melhores que as do bairro ao qual deveriam ser integradas, suscitando a pergunta se não deveria ser o bairro, neste caso, transformado em favela.

Sem a intenção de esgotar a discussão, é válido, ainda, destacar alguns problemas estruturais da nossa sociedade que afetam a população moradora de favelas e podem comprometer a eficácia do programa.

No contexto de urbanização de favelas, cabe enfatizar a perspectiva de mobilidade residencial que afeta principalmente os moradores mais pobres, incapazes de arcar com as taxas e impostos que passam a ser cobrados, ou que vêm na venda de seu imóvel uma possibilidade de rendimento, já que muitas vezes podem comprar com valor inferior outro imóvel em assentamento que não recebeu algum tipo de benfeitoria urbanística. Esse problema significa que a pretendida melhoria das condições de vida na favela pela urbanização pode não atingir todos os moradores, mascarando uma forma de segregação no caso em que medidas que permitam a fixação do morador ao bairro não sejam tomadas.

Também, não é possível negar as condições de violência a que grande parte da população de favelas cariocas está subme-



Acessos públicos construídos na favela da Serrinha, na primeira fase do Programa Favela-Bairro



Aspectos da arquitetura possível: a escada principal é helicoidal e está próxima dos fios de energia elétrica

tida, principalmente devido ao tráfico de drogas. Estudiosos dessa questão têm alertado para a quase impossibilidade de desenvolvimento socioespacial das áreas dominadas pelos traficantes\*, o que pode resultar na dificuldade de aplicação de mecanismos que legitimam a cidadania do morador, como por exemplo a fiscalização da aplicação das normas edilícias.

O espaço destinado à materialidade das construções das favelas nesta crítica ao Programa Favela-Bairro deve-se à importância que deve ser atribuída ao papel da arquitetura - *stricto e lato sensu* - na melhoria da qualidade dos espaços urbanos. De certa forma, dar acesso à arquitetura implica também integrar a favela ao bairro.

Sem a intenção de esgotar a discussão, é válido, ainda, destacar alguns problemas estruturais da nossa sociedade que afetam a população moradora de favelas e podem comprometer a eficácia do programa.

No contexto de urbanização de favelas, cabe enfatizar a perspectiva de mobilidade residencial que afeta principalmente os moradores mais pobres que não podem arcar com os custos das taxas e impostos que passam a ser cobrados, ou que vêm na venda de seu imóvel uma possibilidade de rendimento, já que muitas vezes podem comprar com valor inferior outro imóvel em assentamento que não recebeu algum tipo de benfeitoria urbanística. Esse problema significa que a pretendida melhoria das condições de vida na favela pela urbanização pode não atingir todos os moradores, mascarando uma forma de segregação no caso em que medidas que permitam a fixação do morador ao bairro não sejam tomadas.

Também, não é possível negar as condições de violência a que grande parte da população de favelas cariocas está submetida, principalmente devido ao tráfico de drogas. Estudiosos dessa questão têm alertado para a quase impossibilidade de desenvolvimento socioespacial das áreas dominadas pelos traficantes, o que pode resultar na dificuldade de aplicação de mecanismos que legitimam a cidadania do morador, como por exemplo a fiscalização da aplicação das normas edilícias.

Finalmente, cabe lembrar que as críticas aqui contidas foram feitas no sentido de contribuir para o aprimoramento do programa,

não invalidando os diversos aspectos positivos que a intervenção, da forma que foi proposta, trouxe para os moradores das favelas.

O espaço destinado à materialidade das construções das favelas nesta crítica ao Programa Favela-Bairro deve-se à importância que deve ser atribuída ao papel da arquitetura - *stricto e lato sensu* - na melhoria da qualidade dos espaços urbanos. De certa forma, dar acesso à arquitetura implica também integrar a favela ao bairro.

Notas:

\* A expressão "arquitetura possível" foi usada por Ermínia Maricato no livro "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, ABU, Omega, 1979.

\*\* Afirmções baseadas em informações de Tania d'Albuquerque e Castro, da SMH.



Espaço público, já urbanizado, usado privadamente; foi transformado em uma espécie de "oficina a céu aberto". A ação dos Pousos só foi iniciada após a conclusão das obras, comprometendo um de seus objetivos, que é conscientizar para a manutenção do espaço público